



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA 236

1
2
3
4 Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e treze, às quatorze horas,
5 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta
6 Grossa, em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação do Presidente Sr.
7 Luiz Cezar da Silva. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares**
8 **governamentais:** Sra. Karym Rachel Mami Collesel, Sra. Nelsi Maristela Valigura e
9 Tierri Rafael Angeluci (Secretaria Municipal de Assistência Social); Sra. Ana Cristina
10 Duda (Fundação Municipal Proamor); Sra. Regina Aparecida Rodrigues (Secretaria
11 Municipal de Saúde); Sra. Leni Aparecida Viana da Rocha (Secretaria Municipal de
12 Educação); Sr. Cesar Petronio Mendes (Secretaria Municipal de Gestão Financeira);
13 Sra. Vanduire Arcoverde Silva (Secretaria Municipal de Administração e Assuntos
14 Jurídicos) e Sr. Derci Roberto Cabral Nunes (Secretaria Municipal de Indústria e
15 Comércio). Os **conselheiros não governamentais titulares:** Sr. Luiz Cezar da Silva
16 (Presidente) e Sra. Fernanda de Almeida da Silva (Entidades de Proteção Social
17 Básica); Sra. Érica Francine Pilarski Clarindo (Vice-Presidente) e Sra. Isabela Martins
18 Nadal (Profissionais da Área da Assistência Social); Sr. Osni Cirino da Cunha
19 (Entidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Sra. Marialva Ribas
20 Kincheski (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade); Sra. Cléa
21 Maria Mathias Pereira e Sr. Mauro César Shardt Dancosky (Usuários da Assistência
22 Social). Os **Conselheiros governamentais suplentes:** Jefferson Luiz Villalba
23 (Fundação Municipal Proamor). Os **Conselheiros não governamentais suplentes:**
24 Sra. Luci Teixeira Biscaia (Entidades de Proteção Social Especial de Alta
25 Complexidade); Sra. Ronilda Aparecida de Souza Santos (Entidades de Proteção Social
26 Especial de Média Complexidade); Sr. Marcelo Safraid (Entidades de Proteção Social
27 Básica); **Registramos as presenças:** Sra. Lucília do Rocio Lopes Andrade (Secretária
28 Executiva); Sra. Patrícia Mitui (Assistente Administrativo CMAS); Ariane Ewert
29 (estagiária CMAS); Sra. Sandra Regina Wichert Cisco (Divisão de Monitoramento,
30 Controle Social e Sistemas de Informação/SMAS); Sra. Carolina Ribeiro Saraiva Muniz
31 (Associação Ministério Melhor Viver); Representantes da Entidade Associação
32 Pontagrossense de Emancipação para Deficientes Físicos – APEDEF: Sr. Alexandre
33 Siraja Jose de Paula, Salete do Rocio Miranda, João Vitor Miranda Pyyveylinski, Daniel
34 José Dias Auer, Silmara dos Santos e Rafael José Schwab; Usuários e mãe de usuários
35 da APEDEF: Edna Mara Rodrigues, Clara dos Santos Heimann, Silas Natanael
36 Rodrigues e Alexandre dos Santos. A reunião tem a **seguinte pauta:** 1- Apreciação e
37 aprovação da pauta. 2- Aprovação da ata nº 235. 3- Informes Gerais. 4- Constituição de

38 Comissão para elaboração do edital. 5- Apreciação do parecer da Comissão de
39 Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social. 6- Apreciação do parecer
40 da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos. 7- Apreciação do parecer da
41 Comissão de Documentação e Cadastro de Entidades de Assistência Social. **Abertura:**
42 Com o *quórum* estabelecido, o presidente Sr. Luiz Cezar inicia a reunião
43 cumprimentando e agradecendo a presença de todos e segue com o primeiro item da
44 pauta – Apreciação e aprovação da pauta. **Aprovado.** Item dois (2)- Aprovação da ata
45 nº 235: O conselheiro Marcelo solicita constar na linha 145 a sua fala sugerindo que a
46 Comissão para a Eleição dos Conselheiros da sociedade civil deve ser formada por
47 conselheiros não governamentais. A conselheira Ana Duda pede para corrigir na linha
48 104 [...] *que o Conselho estava com dificuldade de efetivação.* Complementa dizendo
49 que a Fundação não tem responsabilidade sobre o Conselho. O presidente Sr. Luiz
50 Cezar abre para aprovação com essas alterações. **Aprovado.** A conselheira Ana Duda
51 lembra que em reunião anterior foi deliberado que se abordaria os encaminhamentos
52 propostos na reunião anterior fazendo menção que há alguns encaminhamentos
53 constantes na ata 235. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que talvez sejam contemplados
54 nos informes e passa ao item três (3)- **Informes Gerais:** A Secretária Executiva, Lucília
55 Andrade, apresenta os seguintes **ofícios expedidos:** Para as Gerências: Básica e
56 Especial solicitando a relação dos processos em andamento referente aos recursos do
57 SUAS com a solicitação atendida. Para o Colégio Sant'Ana e Hospital Bom Jesus
58 informando o indeferimento de inscrição. Para o Sindicato dos Servidores Públicos
59 Municipais solicitando o levantamento com relação ao limite prudencial do município.
60 Cita os **ofícios recebidos:** Ofício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
61 Adolescente – CMDCA solicitando a indicação de dois titulares e um suplente para
62 compor a Comissão de Acompanhamento para Ampliação de vagas no contra turno
63 com a primeira reunião agendada para nove de outubro às oito e meia no CMDCA.
64 Ofício circular do MDS e Fundo Nacional de Assistência Social comunicando a
65 transferência de recurso para o Fundo Municipal no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e
66 cinquenta mil reais) referente aquisição de materiais de consumo, emenda do deputado
67 Leopoldo Meyer. Apresenta o convite para o XI Seminário da Diversidade Sexual e X
68 Fórum de Direitos Humanos Diversidade, Gênero, Sexualidade e Formação de
69 Professores que acontecerá dia dezoito de outubro no Centro de Cultura. Convite do
70 Asilo São Vicente de Paulo para o Evento Beneficente Acolhida da Primavera da
71 Terceira Idade no dia cinco de outubro a partir das nove horas. A estagiária Ariane
72 Ewert cita as seguintes Resoluções: **RESOLUÇÃO 31/2013** Composição da Comissão
73 para Alteração da Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social.
74 **RESOLUÇÃO 32/2013** Indeferimento das solicitações de inscrição: Associação

75 Missionária de Beneficência Colégio Sant'Ana e Hospital Bom Jesus. **RESOLUÇÃO**
76 **33/2013** Aprovação do Plano de Ação para o Serviço de Proteção em Calamidades
77 Públicas e de Emergência no Sistema Único de Assistência Social/ SUAS.
78 **RESOLUÇÃO 34/2013** Aprovação das Entidades aptas para executar o Serviço de
79 Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **RESOLUÇÃO 35/2013** Aprovação de
80 repasse de auxílio financeiro para Entidades Assistenciais. **RESOLUÇÃO 36/2013**
81 Aprovação de Aditivo no Convênio 188/2012 com a Entidade Grupo renascer. A
82 secretária Lucília inclui nos informes a proposta de publicação de Resolução com as
83 deliberações e recomendações da IX Conferência Municipal. O presidente Sr. Luiz
84 Cezar fala que se faz necessária Resolução ratificando as deliberações e
85 recomendações da Conferência expondo para aprovação da plenária. **Aprovado.** O
86 presidente Sr. Luiz Cezar pergunta para conselheira Ana Duda se os informes
87 contemplaram os encaminhamentos sendo respondido que não. Indaga sobre o
88 encaminhamento para a Entidade que solicitou a inscrição, SOS Palhaços, e a
89 conselheira Érica responde que a Entidade solicitou reunião e será tratado no item sete
90 da pauta. A conselheira Ana Duda fala que foi sugerido o envio de diagnóstico para os
91 vereadores e o presidente Sr. Luiz Cezar responde que ainda não foi encaminhado. O
92 presidente Sr. Luiz Cezar segue com o item quatro (4) - **Constituição de Comissão**
93 **para elaboração do edital** dizendo que o edital é uma proposta para o ano seguinte de
94 que os convênios com as Entidades Socioassistenciais aconteçam na forma de
95 prestação de serviços. Fala da necessidade de se formar uma Comissão para iniciar
96 esse estudo e a conselheira Érica complementa dizendo que a formação de Comissão
97 específica foi uma sugestão da Comissão do Fundo. Diz ainda que o tema abrange um
98 pouco de cada Comissão ficando inviável a união de todas para essa discussão. O
99 conselheiro Osni aborda a questão do valor per capita indagando a possibilidade de se
100 ter um representante de cada Entidade na reunião. As conselheiras Ana Duda e Érica
101 respondem que os conselheiros já representam as Entidades. O presidente Sr. Luiz
102 Cezar passa para aprovação da plenária a formação da Comissão específica.
103 **Aprovado.** O presidente Sr. Luiz Cezar fala que a Comissão deve ser paritária
104 sugerindo a composição com oito a dez membros considerando que o presidente e a
105 vice são membros natos. A **Comissão fica constituída da seguinte forma:**
106 conselheiros **não governamentais:** Luiz, Érica, Marcelo, Osni e Ronilda. Conselheiros
107 **governamentais:** Ana Duda, Vanduire, Karym, Jefferson e Tierri. A conselheira Érica
108 comunica que a Comissão iniciará o estudo brevemente com possibilidade de
109 apresentar proposta na próxima plenária. A conselheira Ana Duda observa que o
110 orçamento de dois mil e quatorze ainda não foi disponibilizado e a conselheira Érica fala
111 que, na data de hoje, será apresentada a proposta orçamentária na Câmara as quinze

112 horas e quarenta e cinco minutos. Diz que a gestão não enviou ao Conselho para
113 elaboração do orçamento do Fundo e o conselheiro Tierri fala que, em contato com o
114 financeiro da Prefeitura, obteve-se informação de que o orçamento tem como base o
115 Plano Plurianual que foi apresentado e aprovado pelo Conselho. A conselheira Érica
116 entende que é complicado porque o Plano foi elaborado no início do ano e, apesar de
117 contar o valor financeiro, diverge do orçamento. O presidente Sr. Luiz Cezar abre para
118 aprovação a constituição da **Comissão para elaboração do Edital. Aprovado.** A
119 conselheira Érica retoma o ofício do CMDCA sobre a Comissão do contra turno
120 mencionando que a solicitação é de dois titulares e um suplente deste Conselho.
121 Explica que será uma Comissão entre os Conselhos para acompanhar e fiscalizar a
122 execução do serviço. As conselheiras Luci e Isabela se dispõem em assumir a
123 titularidade e o conselheiro Cesar se prontifica em ficar na suplência **sendo aprovado**
124 **pela Plenária.** Segue-se com o item cinco (5) - **Apreciação do parecer da Comissão**
125 **de Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social.** O relator Tierri fala
126 que a Comissão se reuniu três vezes, entretanto, duas foram frustradas por alguns
127 problemas. Diz que a discussão importante aconteceu no dia vinte e cinco de setembro
128 com as presenças do Sr. Luiz, Érica, Karym, Maristela, Tierri, Ana Duda, Ariane e
129 Lucília. Relata que a Comissão discutiu o Demonstrativo Sintético dos recursos federais,
130 sendo o parecer da Comissão favorável pela aprovação. Diz que ficou responsável pela
131 inserção dos dados no sistema e que ficaram algumas pendências. Apresenta ressalvas
132 no piso de Alta Complexidade II que é o Centro POP, mencionando que os recursos
133 repassados pela União somados ao saldo em conta e acrescido de rendimentos
134 totalizaram novecentos e vinte e nove mil reais (929.000,00) para o exercício de dois mil
135 e doze. Porém, o gasto nesse Piso foi de cento e cinquenta e quatro mil reais
136 (154.000,00) que restaria um valor alto para reprogramação, mas o sistema forneceu
137 apenas cento e quatorze mil reais (114.000,00) sendo essa diferença justificada. Fala
138 que alguns conselheiros mais antigos lembrarão que no ano passado o MDS creditou
139 valores equivocadamente e posteriormente enviou ofício ao município solicitando a
140 devolução. Fala que há comprovante de depósito no valor de cento e vinte mil reais
141 (120.000,00) ao invés de vinte mil reais (20.000,00) e ainda, houve esse crédito em um
142 único mês referente a cinco parcelas nesse valor conforme consta no relatório de
143 parcelas pagas, mas trata-se desse um erro que posteriormente foi devolvido. Informa
144 que no demonstrativo existe um item específico com os valores devolvidos das contas
145 correntes vinculadas ao Fundo Nacional em conformidade com os extratos bancários. O
146 presidente Sr. Luiz Cezar confirma que na época ficaram preocupados com essa
147 diferença de valor. O conselheiro Tierri diz que quando viu o valor presumiu que fosse
148 para construção do Centro POP sendo lembrado pela Sra. Sandra que se tratava desse

149 ocorrido. A Sra. Sandra informa que na época vários municípios foram afetados por
150 esse erro. A conselheira Ana Duda pergunta sobre o Centro POP que seria construído
151 até o final deste ano e se existe informação a respeito. A conselheira Karym responde
152 que o dinheiro está na conta, porém, há necessidade de alguns acertos no projeto por
153 conta do terreno. Informa que a Gerência esteve na Caixa Econômica no início do ano
154 verificando as pendências com receio de perder o recurso em vista do prazo. Comunica
155 que no momento está em uma secretaria responsável por essa parte por serem coisas
156 bem técnicas e já estão providenciando para posterior liberação do recurso. A
157 conselheira Ana Duda pergunta como fica o recurso enquanto isso e a conselheira
158 Karym responde que está na conta. A conselheira Ana Duda pergunta se continua
159 bloqueado o valor de treze mil desse Piso sendo respondido pela conselheira Karym
160 que continua bloqueado por causa da Residência Inclusiva. O relator Tierri prossegue
161 apontando outra pendência na expedição física do Demonstrativo com relação a meta
162 pactuada e a quantidade executada. Exemplifica citando que no Piso de Alta
163 Complexidade II, Serviço de Acolhimento a famílias e indivíduos em situação de rua não
164 há meta pactuada e a quantidade executada foi cento e trinta. A conselheira Érica expõe
165 a dúvida da conselheira Ana Duda de que não constam os dados do Ministério Melhor
166 Viver sendo respondido pela Sra. Sandra que no ano passado era o Centro POP no
167 Piso e o Melhor Viver com recurso de reprogramação. As conselheiras Ana Duda e
168 Érica dizem que era financiado no Piso. A conselheira Ana Duda fala que preenchia o
169 relatório, para inclusão no diagnóstico, repassando os dados para a diretora do Fundo,
170 Sra. Cleonice com informações de que seria incluído no relatório por causa do convênio.
171 Informa que a quantidade de pessoas em situação de rua atendida é superior a cento e
172 trinta girando em torno de duzentas pessoas por mês e dez mil atendimentos
173 aproximadamente. Diz ainda que todo relatório enviado ao MDS fornece base para que
174 o município receba recurso e que, com esses números apontados caracteriza que o
175 município não tem morador de rua. Fala que o Ministério Melhor Viver é organizado e
176 tem os dados arquivados podendo repassá-los. O relator Tierri pede para repassarem
177 até segunda-feira pela manhã sendo confirmado pela assistente social da Entidade
178 presente na reunião, Sra. Carolina que fará o repasse. O relator Tierri segue informando
179 que no Pró-jovem foram pactuados quarenta e dois coletivos e a quantidade executada
180 refere-se a mil e cinquenta famílias. A conselheira Érica fala que ficou em dúvida se a
181 quantidade executada não deveria ser pelo número de coletivos conforme consta na
182 quantidade pactuada. A conselheira Ana Duda diz que o valor pactuado diverge do
183 atendimento, e que entendeu que esse número seria de atendimento. O relator Tierri
184 fala que os valores da Proteção Especial, Piso de Transição de Média e Piso de Alta I
185 estão zerados porque no ano passado não tinha pactuação. Esclarece que foi muito

186 discutida a questão do saldo em conta divergir do superávit concluindo que se trata de
187 restos a pagar não podendo ser comprometidos justificando assim o valor do saldo
188 maior. A conselheira Érica diz que entenderam essa diferença visualizando os planos e
189 que esse Demonstrativo deveria ser no início do ano porque clarifica o valor da
190 reprogramação, de saldos a pagar facilitando a compreensão. O presidente Sr. Luiz
191 Cezar expõe para aprovação o parecer da Comissão favorável pelo envio do
192 **demonstrativo da forma apresentada. Aprovado.** O relator Tierri prossegue dizendo
193 que se discutiu a relação de processos em andamento, enviada pelas Gerências Básica
194 e Especial, referente aos recursos do Fundo para que o Conselho tome providência com
195 relação à agilidade desses processos. Responde a indagação da conselheira Ana Duda
196 dizendo que são seis processos requisitados pelo Conselho, cita-os e faz a leitura dos
197 processos das Gerências. A conselheira Ana Duda pergunta onde estão parados os
198 processos e o conselheiro Tierri responde que alguns estão na Superintendência, outros
199 no DECOM e outros na contabilidade, sendo a maioria no DECOM. Diz que outra
200 análise da Comissão aprovou à execução e gestão dos recursos BPC na escola que
201 ficaram por conta do departamento do deficiente na Fundação Proamor. Finaliza
202 mencionando que a Gerência de Proteção Social Básica apresentou o Plano de
203 Aplicação dos recursos referente agosto a dezembro apontando preocupação com
204 relação ao Piso Básico que no momento não havia recurso para o pagamento de
205 pessoal, mas a informação é de que o recurso já foi creditado. Com relação aos
206 processos parados, o presidente Sr. Luiz Cezar fala que irá juntamente com o
207 conselheiro Cesar, em nome do Conselho, até o DECOM para pressionar de forma a
208 agilizar esses processos, entendendo ser inadmissível ter processos como o convênio
209 do SUAS tramitando desde fevereiro. O conselheiro Cesar fala que no setor que ele
210 acompanha não há questionamento quando o recurso é federal, porém é preciso
211 verificar se não está enroscando em algum lugar. O presidente Sr. Luiz Cezar diz que
212 essa visita será interessante e, se for o caso, irão até o gestor maior para que ele tome
213 as providências, porque no final o prejudicado é o usuário. No item seis (6) -
214 **Apreciação do parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos.** A
215 relatora Érica fala que a Comissão se reuniu dia dezenove de setembro com as
216 presenças do Sr. Luiz Cezar, Érica, Ronilda, Marcelo, Lucília e Ariane. Menciona o ofício
217 número quinhentos e cinquenta e dois recebido do Serviço de Obras Sociais/ SOS
218 solicitando orientações quanto ao custeio de transporte para tratamento fora do
219 município para duas pessoas com deficiência no centro de recuperação neurológica.
220 Informa que o entendimento da Comissão foi de que o serviço prestado aparentemente
221 é de competência da saúde sugerindo que a Entidade consulte a Secretaria de Saúde.
222 A Comissão sugeriu ainda anexar a Resolução do CEAS e Lei complementar cento e

223 quarenta e um de dois mil e doze. Fala que no ofício o SOS relata custear o tratamento
224 de duas pessoas com deficiência, em Curitiba, desde dois mil e oito com tentativa de
225 transferência para Ponta Grossa e alegado pela mãe que não é possível. No ofício,
226 solicita orientações do Conselho de como proceder diante dessa situação bem como,
227 nominar quais implicações poderá sofrer ao realizar a ação. Relata que a sugestão da
228 Comissão foi de resposta ao ofício para consulta à Secretaria de Saúde anexando a
229 Resolução do CEAS que dispõe sobre as competências da Saúde e da Assistência. O
230 presidente Sr. Luiz Cezar expõe a sugestão para aprovação. **Aprovado.** A relatora Érica
231 apresenta o ofício número quarenta e cinco recebido da Entidade Pequeno Anjo
232 solicitando recurso para conclusão da sede administrativa. Diz que a Comissão indeferiu
233 por se tratar da mesma solicitação aprovada em dois mil e doze. O presidente Sr. Luiz
234 Cezar fala que houve duplicidade no pedido e a conselheira Ana Duda pergunta se a
235 sede já foi concluída. A conselheira Érica responde que não sabe informando que no
236 ano passado foram aprovados trinta mil reais para concluir a sede administrativa e, este
237 ano solicitam vinte e cinco mil para concluir a sede. Diz que, embora os valores sejam
238 diferentes, a finalidade é a mesma justificando o indeferimento da Comissão. O
239 presidente Sr. Luiz Cezar expõe para apreciação essa sugestão de indeferimento.
240 **Aprovado.** A relatora Érica segue apresentando a solicitação de concessão de auxílio
241 (proveniente de emenda) de cem mil reais para construção da República de Apoio da
242 Associação Ministério Melhor Viver. Relata que a Comissão emitiu parecer favorável
243 esclarecendo que, no ano passado, a Entidade recebeu uma verba de cem mil para
244 conclusão da sede do centro e que esse valor é para iniciar a sede na chácara. A
245 conselheira Ana Duda lembra que é necessário encaminhar para prefeitura alterar a
246 dotação orçamentária de subvenção para auxílio. O presidente Sr. Luiz Cezar abre para
247 apreciação. **Aprovado.** A relatora Érica finaliza apresentando o memorando da SMAS
248 referente ao Termo de Cooperação entre o município e o Instituto Educacional Duque
249 de Caxias – Recanto Maria Dolores para execução do Programa Formando Cidadão
250 modalidade contra turno social. Relata que o parecer foi de indeferimento, pois a
251 Entidade está inscrita no CMAS como serviço de Acolhimento Institucional para pessoas
252 com deficiência até dezoito anos. Fala que a solicitação está tramitando na prefeitura
253 desde dois de julho vindo para este Conselho na reunião da Comissão (19/09), explica
254 que é um Termo de Cooperação do Programa Formando Cidadão para execução no
255 Recanto. Diz que a Comissão entendeu se tratar de repasse no valor de cinquenta e
256 cinco mil reais com indeferimento porque o Recanto não trabalha com contra turno e sim
257 abrigo para pessoas com deficiência. A conselheira Ana Duda indaga sobre o
258 atendimento que a Entidade realiza com os usuários que ficam o dia todo na escola,
259 entendendo que tenham também o contra turno. A conselheira Érica fala que é escola

260 pertencente à Educação e que o serviço pela Assistência é abrigo. O presidente Sr. Luiz
261 Cezar fala que não há inscrição no Conselho para contra turno expondo para
262 apreciação a sugestão de indeferimento. **Aprovado.** No item sete (7) - **Apreciação do**
263 **parecer da Comissão de Documentação e Cadastro de Entidades de Assistência**
264 **Social.** O presidente Sr. Luiz Cezar informa que essa Comissão se reuniu inúmeras
265 vezes desde o mês de maio. A conselheira Érica fala que foram várias reuniões e várias
266 discussões e faz a leitura das **Entidades que tiveram a inscrição deferida:** Aliança
267 Brasileira de Assistência Social e Educacional – ABASE – Casa do Piá; Asilo São
268 Vicente de Paulo; Associação Antonio e Marcos Cavanis - Casa do Menor Irmãos
269 Cavanis; Associação de Atendimento para Portadoras de Necessidades Especiais
270 Nossa Senhora de Lourdes; Associação de Promoção à Menina APAM; Associação dos
271 Deficientes Físicos de Ponta Grossa – ADFPG; Associação Ministério Melhor Viver;
272 Associação Reviver de Assistência ao Portador do Vírus HIV; Cáritas Diocesana de
273 Ponta Grossa; Casa Transitória Fabiana de Jesus; Francisclara Resgate da Criança e
274 da Família; Grupo Renascer de Apoio aos Homossexuais; Jovens Com Uma Missão –
275 JOCUM; Legião da Boa Vontade; Mansão Bezerra de Menezes; Núcleo de Ponta
276 Grossa da Cruzada dos Militares Espíritas – Casa do Idoso Paulo de Tarso; Núcleo
277 Promocional Pequeno Anjo; Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção/ Rosa Mística II;
278 Sociedade Espírita Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados / Lar das
279 Vovozinhas Balbina Branco; Vila Vicentina / Casa da Acolhida / Casa Santa Luíza de
280 Marillac. Elenca as **Entidades que tiveram o serviço deferido:** Associação Artesanal
281 do Excepcional de PG – ASSARTE; Associação Comunitária de Apoio ao CEPRAF
282 Geny de Jesus Souza Ribas; Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual –
283 APADEVI; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ponta Grossa – APAE;
284 Associação de Proteção aos Autistas – APROAUT; Associação Pontagrossense de
285 Assistência à Criança Defeituosa – APACD; Centro Integrado de Saúde São Camilo;
286 Centro Social Marista Santa Mônica; Instituto Mundo Melhor. A conselheira Luci
287 questiona o porquê da Colméia não constar na lista dos deferidos e a conselheira Érica
288 fala que irá explicar. Lembra que no ano passado o Conselho encaminhou um parecer
289 para todas as Entidades solicitando a documentação exigida na Resolução CNAS nº 16
290 (Relatório de Atividades e Plano de Ação); alteração de estatuto e de CNPJ. Relata que
291 foi uma discussão muito grande na Comissão se pensando em que fazer se cancelava
292 ou não cancelava. Fala que a análise iniciou em maio e finalizou neste mês com a
293 seguinte conclusão: A Entidade que não entregou os documentos da Legislação
294 Nacional teria a inscrição cancelada e cita o cancelamento, no mês de junho, de duas
295 Instituições. As que não entregaram o estatuto alterado ou CNPJ alterado a Comissão
296 sugeriu a concessão de sessenta dias para atender o solicitado sem o cancelamento

297 imediato. Elenca as instituições nessa condição: Instituto João XXIII; SOS; Colméia. A
298 conselheira Luci fala que a documentação citada foi alterada em 2013 e entregue e que,
299 mais uma vez o Conselho diz que não, lembrando que no ano passado ocorreu da
300 mesma forma. O presidente Sr. Luiz Cezar diz que a inscrição não está cancelada e que
301 o Conselho trabalha com a maior lisura e transparência. A conselheira Érica fala que a
302 análise será retomada e tendo alteração no parecer passará na próxima plenária.
303 Prossegue esclarecendo que o Instituto João XXIII tem sessenta dias, não pela
304 documentação, porém pelo serviço prestado. Relata que a Comissão realizou visita no
305 local e se reuniu na data de ontem com a assistente social e o Padre diretor da Entidade
306 juntamente com a assistente social Sra. Sandra Cisco, responsável pelo monitoramento
307 sugerindo sessenta dias para apresentação de Plano de reordenamento do serviço.
308 Com relação ao SOS há necessidade de adequação de documentação. Para a Colméia
309 a adequação refere-se ao estatuto e a Presbiteriana referente à documentação. O
310 Instituto Duque de Caxias/ IEDC teve a inscrição aprovada com ressalvas pela
311 constatação de falhas nos departamentos visitados. Informa que a Comissão realizou
312 visita em todos os departamentos, excetuando a guarda mirim e está montando uma
313 Comissão para acompanhar o Lar Odilon Mendes. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que
314 um departamento do IEDC está com intervenção judicial e que, foi de perder o sono a
315 visita a outro departamento. Relata que a Comissão esteve no Ministério Público dando
316 encaminhamento e que o Ministério Público está acompanhando essa Entidade. Diz que
317 neste mês a Comissão fez um trabalho muito árduo, que normalmente o Conselho vê o
318 monitoramento apresentado pelo gestor. Fala que o gestor está vendo a situação se
319 referindo à presença da secretária Beatriz na reunião da Comissão. O conselheiro Osni
320 comunica que extra oficialmente a presidente do IEDC renunciou e quem assumiu foi o
321 vice com firme propósito de atender bem podendo, quem sabe, fechar alguns
322 departamentos e mudar o serviço prestado por outros. Diz que é muito triste visitar uma
323 Entidade vendo pessoas sendo tratadas de forma desrespeitosa. Fala que teve a
324 oportunidade de conversar com essa pessoa podendo expor o que pensa e lhe foi dito
325 por ela que há intenção de mudar depositando esperança de que as coisas melhorarão.
326 O conselheiro Tierri aborda uma dúvida que considera ser geral: o funcionamento do
327 convênio do IEDC. Entende, pelo que se conversou na Comissão, que a diretora do
328 IEDC enviava mais recurso para um departamento em detrimento de outro. A
329 conselheira Érica responde que o projeto apresentado no Conselho é separado por
330 departamento, porém a mantenedora é o IEDC desconhecendo a prática adotada. O
331 conselheiro Tierri indaga a possibilidade de se estabelecer valores para cada
332 departamento e a conselheira Érica fala que há como intervir. Esclarece que a
333 Comissão optou por não cancelar a inscrição considerando essa notícia extraoficial com

334 possibilidade de chamar o novo presidente solicitando o reordenamento do serviço. A
335 conselheira Ana Duda diz que é uma conta única e o conselheiro Jefferson confirma que
336 sempre foi dessa forma, que os diretores nunca souberam quanto é o repasse pela
337 Fundação Proamor. Relata que uma diretora procurou a Fundação para obter
338 informações. O conselheiro Cesar sugere dar um voto de confiança pela troca de
339 diretoria. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que o assunto é do conhecimento do
340 Ministério Público e da juíza e comunica o recebimento de ofício do Ministério Público
341 indagando onde transferir as pessoas abrigadas. Informa que na segunda-feira (30/09)
342 haverá reunião conjunta com outros Conselhos e setor de saúde mental com a presença
343 da gestora, secretária Beatriz. Fala que a Comissão visitou várias Entidades analisando
344 os critérios e encaminhamentos, sendo algumas aprovadas, outras com prazo de
345 sessenta dias para aprovar e outras com perca da inscrição com apresentação da
346 justificativa na sequência. A conselheira Érica informa as **Entidades cuja inscrição foi**
347 **indeferida:** Pastoral da Criança; Pastoral do Idoso; APEDEF; Associação de Proteção
348 aos Condenados/APAC e Arnaldo Janssen. A conselheira Ana Duda fala que não faz
349 parte da Comissão e, como observadora parte da colocação da conselheira Érica
350 quando diz que existe uma dificuldade com relação ao Conselho trazer as informações
351 da Comissão de Cadastro por estar ligada à Comissão de Avaliação de Projetos.
352 Sugere que, a partir de agora, as duas Comissões trabalhem juntas dizendo que faz
353 parte da Comissão de Monitoramento e não pertence à Comissão de Cadastro. O
354 presidente Sr. Luiz Cezar lembra que as reuniões da Comissão são abertas para todos
355 os conselheiros e a conselheira Ana Duda reforça que deve ser aberta. O presidente Sr.
356 Luiz Cezar diz que é aberta e quem não participa é porque não quer sendo dito pela
357 conselheira Ana Duda que não é uma questão de querer ou não, que a sua sugestão é
358 para trabalharem juntas devido aos serviços estarem diretamente ligados. A conselheira
359 Érica lembra que em uma oportunidade sugeriu-se que se desfizessem todas as
360 Comissões e alterassem as nomenclaturas, sendo uma de Proteção Social Básica,
361 outra de Proteção Especial e outra do Fundo. Completa dizendo que a Básica cuidaria
362 de cadastro, projeto e monitoramento. Durante o ano sentiram que estão todas
363 relacionadas ficando complicada a análise de documentos pela Comissão de Cadastro
364 com a delegação para Comissão de monitoramento. Na prática, uma Comissão analisa,
365 mas quem concede o cadastro é outra. A conselheira Ana Duda fala que papel aceita
366 tudo e que o regimento direciona muito a questão de cadastro e avaliação de projetos
367 também ocorrendo certa confusão pelo fato das duas Comissões não atuarem juntas.
368 Posiciona-se defendendo a Instituição APEDEF que perdeu a inscrição justificando que
369 o prazo do MDS é até dezembro e que a Entidade está se adequando. Expõe que
370 alteraram o estatuto e estão buscando novos serviços. Acredita que houve dois pesos e

371 duas medidas mencionando que a Entidade se encontra em situação menos grave que
372 o IEDC e solicita reavaliação da inscrição. O conselheiro Tierrri expressa sua opinião
373 pela concessão do prazo de sessenta dias para todas as Entidades que tiveram a
374 inscrição indeferida uma vez que foi concedido para algumas. A conselheira Ronilda
375 explica que a Comissão indeferiu por não visualizar o serviço e que, o IEDC e o Instituto
376 João XXIII prestam o serviço assistencial. Diz que se reuniram com outros Conselhos
377 para que não tomassem atitude radical. Cita inexistência de serviço assistencial na
378 Pastoral do Idoso e menciona que a APEDEF atua na área do esporte sem execução do
379 serviço assistencial. Diz que a Comissão tomou a atitude com muito cuidado após
380 análise dos relatórios de monitoramento, além da visita realizada entendendo que não
381 adianta retornar para Comissão porque a decisão será a mesma. A conselheira Ana
382 Duda frisa que a lei maior define prazo até dezembro e a conselheira Érica lembra que
383 foi solicitada em abril a apresentação de cronograma de readequação juntamente com o
384 Plano de Ação, Estatuto e demais alterações. A conselheira Isabela diz que a Comissão
385 se reuniu várias vezes buscando o tempo todo encontrar critérios que fossem justos
386 para todos e elencaram esse prazo para que pudessem se adequar. A conselheira
387 Ronilda pede para que os representantes da Entidade, presentes na reunião, exponham
388 o trabalho efetivo da Assistência. O presidente da APEDEF, Sr. Alexandre pede a
389 palavra dizendo que assumiu a presidência em janeiro deste ano sabendo da
390 necessidade da mudança. Explica que pegaram uma situação difícil e estão trabalhando
391 conforme conseguem buscando se adequar dentro do solicitado. Fala que a Entidade foi
392 voltada para o esporte, que nasceu do esporte, mas não é o carro chefe e tem um
393 propósito social. Menciona que a visita da Comissão deu-se em dia de chuva, o que se
394 torna complicado para uma pessoa com deficiência se deslocar de ônibus para a
395 Entidade justificando que não possuem carro para fazer o transporte. Observa que a
396 Comissão deva ter visualizado a parede cheia de troféu por isso diga que a Entidade
397 respira esporte, mas afirma que será tirada a história, porém necessitam de condição e
398 considera que esse período inferior a um ano é pouco tempo para mostrar o trabalho
399 que o Conselho solicita. Finaliza dizendo que não se disporia estar à frente da Entidade
400 se fosse para perder o convênio e passa a palavra para a assistente social da Entidade.
401 A assistente social, Sra. Salete, fala que o convênio anterior era num determinado valor
402 sendo reduzido na ocasião que o Sr. Alexandre assumiu (em janeiro) justificando que
403 ele precisou se adaptar com o novo valor repassado e com a necessidade de mudar
404 todo o sistema. Diz que se fez necessária mudança de Estatuto, busca de todos os
405 associados encontrando dificuldade de mudança quando se tem uma história. Informa
406 que contam com novas equipes para o trabalho de Assistência, que há grupo de
407 adolescentes e que o quadro está sendo refeito. A conselheira Ana Duda fala que a

408 Entidade está trabalhando em conjunto com o CRAS jardim Paraíso trazendo as
409 pessoas com deficiência do CRAS para a Instituição e estão em processo de mudança.
410 A conselheira Érica diz que a discussão não é deste ano, que a inscrição da Entidade
411 era para ter sido cancelada no ano passado e que o Conselho não quer que mudem a
412 história e a missão. Observa que alguns conselheiros ficaram assustados com a saída
413 da Entidade do ginásio do deficiente entendendo que uma Entidade que trabalha o
414 esporte para o deficiente seria justo estar gerenciando o espaço e trabalhando com as
415 outras Entidades. Menciona que trabalhava na APROAUT naquela época e não
416 encontrou problemas em utilizar o espaço em parceria com a APEDEF. Fala que hoje a
417 Entidade está numa sede que não tem estrutura adequada para acolher estas pessoas
418 por não possuir rampas e as que existem foram adaptadas. Deixa claro que a intenção
419 do Conselho é pela parceria da Entidade com a Fundação de esporte mantendo a
420 vocação e recebendo pela atuação no esporte. A assistente social Salete fala que
421 entende o posicionamento da conselheira Érica considerando louvável, mas, diz que
422 não é possível porque a Fundação de Esporte não abrange. A conselheira Érica indaga
423 sobre o recurso de quatorze mil e duzentos aprovado em primeiro de setembro para o
424 time dos cadeirantes mencionando que saiu em nome da APEDEF. O Sr. Alexandre
425 responde que é uma parceria entre a Fundação de Esporte com a equipe de basquete.
426 A conselheira Érica diz que esse recurso saiu para a Entidade considerando como um
427 caminho para ampliação do recurso para a Instituição. A conselheira Ana Duda fala que
428 a situação está mais complexa do que imaginava porque primeiramente um dos
429 questionamentos das Comissões era a utilização do espaço público pelo SOS e agora o
430 questionamento é contrário. Defende o gestor dizendo que a intenção era fazer com que
431 o departamento do deficiente acontecesse e trabalhasse com todas as Entidades, não
432 somente uma. Diz que não estava no departamento, na época, mas acredita que a
433 Entidade foi convidada a utilizar outro espaço porque o local é do departamento do
434 deficiente pertencente à Fundação Proamor que promoverá atividades em parceria com
435 outras instituições. Explica que se busca no Conselho um trabalho em rede e nesta
436 situação está se questionando o fato de utilizarem a rede oferecida pelo município
437 sendo dito que não por alguns conselheiros. A conselheira Ana Duda fala que estão
438 trabalhando em rede com utilização do espaço que é oferecido, mas que infelizmente
439 neste momento, a Entidade não pode usar o espaço público, porém sabe que se está
440 tentando agilizar o espaço do Ginásio e também a percepção pela Entidade que, além
441 do esporte é necessário trabalhar a questão social para que o usuário seja atendido de
442 forma integral. Considera que a mesma possibilidade que outras Entidades receberam
443 para se adequar deve ser concedida para a APEDEF se referindo ao prazo de sessenta
444 dias e entendendo que apresenta menos gravidade que o IEDC. A conselheira Ronilda

445 diz que ainda não se conseguiu identificar qual é o trabalho de Assistência sendo
446 compartilhado pelo conselheiro Osni que a Entidade não conseguiu mostrar o trabalho.
447 O conselheiro Marcelo esclarece que a análise da Comissão pautou-se na
448 documentação apresentada pela Instituição que não contemplou o serviço executado
449 por isso o indeferimento. O Sr. Alexandro pergunta se foi analisado do início do ano até
450 agora sendo respondido pela conselheira Isabela que a análise se deu pela
451 documentação enviada pela Entidade. O conselheiro Marcelo diz que a Instituição é
452 uma só e está sendo vista com desconfiança a mudança da presidência. A visitante
453 usuária da APEDEF, Sra. Edna, pede a palavra dizendo que é mãe de um filho que tem
454 mielo e durante os onze anos que está em Ponta Grossa não encontrou apoio algum.
455 Fala que nesta cidade a pessoa com deficiência é largada e lhe é negado atendimento.
456 Menciona a necessidade de se deslocar para Curitiba porque aqui são jogados de um
457 lado para o outro ganhando um salário mínimo para sobreviver com os filhos. Fala que é
458 duro ter um filho deficiente, que as pessoas não sabem como é isso, que ao levar um
459 filho com febre no hospitalzinho ouve-se dizer que não podem atender porque não
460 sabem o que ele tem e por temerem que a criança morra na mão deles. Diz que só
461 encontraram apoio na APEDEF por isso estão aqui pedindo o que é direito da Entidade,
462 menciona que são dezessete mães que têm crianças com mielo e que algumas não vão
463 até à Associação porque estão cansadas de levar a porta na cara. Diz que algumas
464 mães perderam seus filhos, outras cansaram de lutar, mas ainda há muitas mães
465 levando suas crianças para fazer esporte e que o filho dela iniciará no ano que vem. A
466 assistente social Salete agradece o depoimento da Sra. Edna dizendo que a Entidade
467 não está trabalhando o esporte e sim a família, valorizando o ser humano e que o
468 esporte é o instrumento para mostrar a capacidade das pessoas. A conselheira Ronilda
469 fala que o Conselho sabe da importância da APEDEF e não quer que a Entidade mude
470 sua vocação considerando que o esporte é importante para todas as pessoas. A
471 conselheira Ana Duda menciona que os conselheiros conhecem bem a Tipificação
472 Nacional e concorda com a assistente Salete que o esporte é um chamarisco para os
473 usuários perceberem o que podem fazer sendo a pouca saída que no momento eles
474 têm. Diz que o serviço que pretendem realizar é o Fortalecimento de Vínculos estando o
475 esporte interligado porque é a cultura deles, mas que precisarão de oportunidade para
476 desenvolver esse serviço. Entende que não adianta trabalhar na hipocrisia presumindo
477 que ao se desvincularem da Assistência obterão recurso e considera que necessitam da
478 oportunidade de receber o recurso até o prazo mínimo de sessenta dias. Diz que a
479 última fala da assistente social Salete falou tudo para os que conhecem a Política se
480 referindo ao esporte que permanecerá com a execução do Fortalecimento de Vínculos
481 se lhe for concedido o prazo definido para as outras Instituições. Uma usuária da

482 Entidade se manifesta dizendo que a Associação realiza encaminhamento para saúde
483 de forma eficiente evitando que a pessoa fique se batendo sem saber para onde se
484 dirigir. Cita ainda: os encaminhamentos para documentação, benefício assistencial,
485 cesta básica, palestras para os pais, filhos e homens em geral e reuniões para troca
486 experiência. Fala também que se reúnem para aprendizado de crochê, pintura e
487 sabonete que contribui com a renda da família. Há a manifestação do usuário Daniel
488 que pede a palavra e se apresenta dizendo que é atleta e trabalhou na APEDEF durante
489 dez anos como secretário. Fala que foi na Entidade que saiu a história do ciclista sem
490 mãos em mais de vinte revistas no Brasil inteiro. Diz que os filhos dessas mães
491 ganharam força com a prática do esporte, saem sozinhos de ônibus e descem rampas
492 sem auxílio. Diz que é o terceiro no Brasil em tiro com carabina, esporte que se tornou o
493 ganha pão dele. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que todos estão emocionados com o
494 depoimento das mães e do atleta Daniel. O conselheiro Jefferson diz que, sem
495 desmerecer o parecer da Comissão, entende que houve dois pesos e duas medidas ao
496 se conceder prazo para o IEDC sugerindo essa concessão também para as demais
497 Entidades com exposição da Tipificação Nacional por parte do Conselho. O conselheiro
498 Marcelo diz que concorda com a concessão do prazo de sessenta dias para a Entidade
499 apresentar novos relatórios e plano, atribuindo sua mudança de opinião exclusivamente
500 à manifestação dos usuários presentes que relataram usufruir de serviços ofertados
501 pela Entidade. Expõe que a Entidade não tem o dever de conhecer a Tipificação, mas
502 que o assistente social tem e pode orientar a Entidade. Esclarece que, ao contrário do
503 alegado pelos conselheiros Ana Duda e Jefferson, não foram utilizados “dois pesos e
504 duas medidas” pela Comissão sendo a análise da solicitação da inscrição da Entidade
505 realizada mediante critérios previamente estabelecidos, apontando que o primeiro
506 critério contemplou o serviço dentro da Tipificação e o segundo avaliou a forma de
507 execução desse serviço resultando no indeferimento. O presidente Sr. Luiz Cezar e a
508 conselheira Ronilda agradecem a explicação do conselheiro Marcelo. A assistente social
509 Salete sugere que um conselheiro se disponibilize a ir até a Entidade para esclarecer o
510 que é o trabalho de assistência. O conselheiro Cesar expressa que foi válido o
511 pronunciamento dos integrantes da Entidade mostrando-se favorável a concessão do
512 prazo de sessenta dias, porém vinculado à apresentação da documentação. Clarifica
513 que as verbas são repassadas mediante documentos comprobatórios que justifiquem a
514 finalidade. Observa que pelo histórico houve várias solicitações, não desconsiderando
515 que fizeram alterações, porém a documentação é o respaldo legal imprescindível para
516 os órgãos repassadores do recurso. A conselheira Karym menciona que duas
517 colocações a deixaram um pouco triste e que, embora não pertença a essa Comissão,
518 sabe da seriedade e da lisura no tratamento dos assuntos por integrar outras

519 Comissões entendendo que a Comissão teve razões coerentes para chegar a esse
520 veredicto. Diz que tem certeza de que a decisão proferida foi correta, mas que não há
521 como não revê-la após ouvir os usuários. Fala que a questão é mais técnica porque os
522 serviços não ficaram claro na documentação e, mesmo não se sentindo a vontade para
523 contrariar a decisão de uma Comissão pensa que se deva conceder o prazo de
524 sessenta dias pela intenção de mudar explicitada pela Entidade. A conselheira Leni
525 concordando com todas as falas se mostra favorável pela concessão do prazo de
526 sessenta dias mencionando que todos são merecedores visto o trabalho realizado.
527 Relata que várias mães participantes da Instituição recorreram a Secretaria de
528 Educação buscando vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil/ CMEI por não
529 encontrarem esse trabalho no município. Narra que por ocasião de visita domiciliar e
530 ausência da mãe no domicílio dirigiu-se à Entidade encontrando várias mães
531 trabalhando no Clube de Mães, e criança com dificuldade nas atividades de pintura.
532 Mostra-se emocionada com os depoimentos das mães e com a visualização do trabalho
533 durante a visita. O presidente Sr. Luiz Cezar explicita que o trabalho dos conselheiros é
534 prestado gratuitamente e com amor, sem cor partidária brigando por uma Política
535 Pública de direito, desinteressado de voto e troca de favores. Diz que também ficou
536 sensibilizado com as mães queridas e conta que foi diretor da Entidade Associação
537 Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa/ APACD e se orgulha muito em ter
538 amigos de trinta anos atrás podendo reconhecê-los e abraçá-los. Fala que o Conselho
539 não é o patinho feio que tira o pão ou o bolo das mãos das crianças, mas sim seguidor
540 de uma Política Pública discordando da fala do conselheiro Jefferson ao mencionar que
541 houve dois pesos e duas medidas. Expõe que existe um consenso e que se trabalha em
542 conformidade com a legislação propondo para votação, após a reeleitura das Entidades
543 pela relatora, **a aprovação das Entidades elencadas com a inscrição deferida.**
544 **Aprovado.** Lembra que a Comissão havia indeferido as inscrições: Pastoral da
545 Criança, Pastoral do Idoso, APEDEF, APAC e o Arnaldo Janssen. Concedido prazo de
546 sessenta dias para: Instituto João XXIII, IEDC, SOS, Colméia e Presbiteriana. Face às
547 exposições dos presentes, propõe a **concessão do prazo de sessenta dias**, através
548 de Resolução, para que essas Entidades citadas se adequem dentro da política
549 apresentando documentos e relatórios, excetuando a Arnaldo Janssen solicitante do
550 desligamento da Assistência. **Aprovado.** A conselheira Érica finaliza o relato informando
551 que representantes da Organização Doutores SOS palhaços foram convidados para
552 participar de reunião da Comissão de Cadastro e presentes na reunião entenderam que
553 as atividades não se enquadram na Política de Assistência. Foram orientados pela
554 secretária executiva do Conselho de Saúde, também presente na reunião, para
555 solicitação de inscrição no Conselho de Saúde. **Encerramento:** Finalizada a pauta e

556 nada mais havendo a tratar, o Presidente Sr. Luiz Cezar da Silva agradece a presença
557 dos conselheiros e demais convidados encerrando a reunião às dezesseis horas e dez
558 minutos. A presente ata foi gravada, transcrita pela assistente de administração, Sra.
559 Patrícia Mitui, redigida por mim, Lucília do Rocio Lopes Andrade, secretária executiva e,
560 após aprovada segue assinada por mim, pelo Presidente e demais conselheiros
561 presentes.